

PINHEIRO, Armando Castelar & VELOSO, Fernando (orgs.). *Rio de Janeiro: Um Estado em transição*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 504 p.

Renaut Michel Barreto e Silva¹

I – Introdução

O Estado do Rio de Janeiro vive atualmente um processo de melhora de seu desempenho econômico, que parece inquestionável. Alguns fatores podem ser elencados como sendo a base para este movimento de retomada do dinamismo econômico do Estado: o grande desenvolvimento dos setores vinculados à produção de óleo e gás, o quadro particular de gestão compartilhada entre o Estado e as esferas Municipal e Federal, o processo de pacificação das favelas e não menos importante o fato do Estado sediar grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Evidente que o processo de recuperação econômica do Estado traz em seu bojo uma gama de desafios enormes, que exigirão um esforço extraordinário, para que a oportunidade que está aparecendo não seja desperdiçada. Neste contexto de grandes desafios é que se apresenta o livro “Rio de Janeiro: um Estado em transição”, organizado pelos Professores Armando Castelar Pinheiro e Fernando Veloso, editado pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. O livro dos Professores Armando Castelar e Fernando Veloso está dividido em três partes. A primeira desenvolve estudos sobre a Economia do Rio de Janeiro, a segunda estuda as Instituições Políticas e Gestão Fiscal e finalmente, a terceira parte, apresenta reflexões sobre Aspectos Sociais do Estado.

Até pelo número de artigos, observa-se muito precocemente que a parte relativa à economia do Rio de Janeiro mereceu especial atenção. Contudo, não implica afirmar que as demais partes não procurem produzir material menos importante para os temas que são objeto de sua investigação. Esta resenha tem por objetivo desenvolver uma pequena apresentação do material publicado pelo livro. Sem preocupação de estabelecer um juízo de valor sobre o material apresentado, a resenha procura elencar os principais

¹ É Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ/ Doutor em Economia pelo IE/UFRJ.

pontos explorados nos 17 artigos que compõem o livro. A ideia é também a de estimular, mesmo que seja por uma visão crítica, a leitura do material em tela.

II – Parte I: Economia do Rio de Janeiro

O primeiro capítulo da parte I do livro, elaborado pelos pesquisadores da Área de Economia Aplicada do Ibre/FGV, Regis Bonelli e Fernando Alonso, enfrenta o desafio de pensar o crescimento econômico e a mudança estrutural na economia do Estado. Para tal faz uma recuperação da economia do estado, que remonta a década de quarenta do século XX. Salienta que nesta década, o Rio de Janeiro tinha um PIB *per capita* de 2,3 vezes o do Brasil como um todo. Uma das conclusões dos autores é que, para o período analisado, a economia do Rio de Janeiro apresentou um número pequeno de indicadores que demonstrassem intensa mudança estrutural.

Com o objetivo de tornar o estudo mais contemporâneo, os pesquisadores realizam um corte temporal onde buscam identificar o processo de desenvolvimento econômico e as mudanças estruturais verificadas entre 1995 e 2009. Concluem que o setor financeiro, os serviços industriais de utilidade pública, comércio e construção civil foram os setores que tiveram maior aceleração do crescimento para o período. Salientam também que as mudanças estruturais foram mais intensas no período entre 1995 e 2003, tendo em vista a elevação da participação da indústria extrativa mineral e a queda da participação da indústria de transformação.

Em termos de mudanças, na estrutura de produção, no interior da indústria do Estado, como era de se esperar, os autores confirmam que a principal mudança está relacionada ao aumento das atividades relacionadas à extração de petróleo. De uma participação, em torno de 10%, no total da indústria geral em 1995, para um percentual de 24% em 2011. A partir destas constatações, os pesquisadores refletiram sobre as fontes para o crescimento econômico do Estado e chegaram a algumas conclusões, como por exemplo, o efeito positivo geral da melhora do quadro macroeconômico depois de 2003, bem como o bom desempenho da produtividade total dos fatores.

O segundo capítulo da parte I procura identificar as características dos ciclos econômicos do Estado do Rio de Janeiro. Escrito pelos economistas Aloisio Campelo Jr., Sarah Piassi Machado Lima e Hilton Hostalacio Notini, procura estabelecer o perfil da economia fluminense com o objetivo de verificar a estrutura dos ciclos econômicos do Estado. Conclui que em função da proximidade geográfica e dos laços comerciais, o ciclo do Rio de Janeiro tem maiores correlações com os Estados da Região Sudeste. Do ponto de vista da periodicidade dos ciclos industriais, o trabalho concluiu que, entre 1991 e 2011, a economia do Rio de Janeiro conviveu com 5 recessões, com uma duração média de 10 meses. A hipótese mais forte para esse número relativamente

pequeno de recessões seria em função do peso da atividade de produção e refino de petróleo no Estado.

O terceiro capítulo da parte I foi escrito pelo Professor Mauricio Canêdo Pinheiro, que procura estudar a produção de petróleo na economia fluminense. O autor parte da premissa de que, em primeiro lugar, a extração de petróleo e gás, pouco intensiva em mão de obra, apresenta produtividade do trabalho superior aos outros setores. Um outro elemento é o efeito multiplicador, em termos de setores, que a economia do petróleo tende a produzir. O economista chega à conclusão que o recente aprofundamento do deslocamento da economia em direção à extração de petróleo e gás (atividades mais produtivas que as demais) ajudou a preservar, em alguma medida, a produtividade da economia fluminense. Coloca preocupação acerca de uma agenda, que deve ter por objetivo o crescimento da produtividade em outros setores, para reduzir a dependência do setor de petróleo.

O quarto capítulo da parte I foi elaborado pelos membros da equipe de pesquisa da Economia Aplicada do Ibre – FGV/RJ, Mauro de Rezende Lopes, Ignez Vidigal Lopes, Daniela de Paula Rocha e Rafael de Castro Bomfim. O objeto de atenção dos pesquisadores é a tentativa de identificar oportunidades de desenvolvimento agroindustrial no Estado. Os pesquisadores estabelecem que a vocação da economia fluminense, no que tange à agroindústria, deve ser focada em produtos que não exijam grandes extensões de solos planos, em virtude das características do solo do Estado. A partir do estudo, os autores concluem que o Estado não está aproveitando seu potencial na produção de alguns produtos vinculados ao agronegócio, marcadamente os setores de cana-de-açúcar, atividades de pecuária de corte e leite e fruticultura. Identificam os principais entraves para o desenvolvimento do setor a insegurança jurídica que inibe os investimentos, pouca disponibilidade de inovações tecnológicas e formas modernas de organização do setor em termos comerciais e gerenciais.

O quinto capítulo, escrito pela Professora Lia Valls Pereira, tem por objetivo investigar o risco da economia do Rio de Janeiro estar sujeita àquilo que na literatura ficou conhecido como a “doença holandesa - o termo *“Dutch Disease”* possui sua origem histórica, segundo Gala (2006), no período dos anos 1960 e 1970, em que a Holanda descobriu grandes reservas de gás natural e com isso obteve crescimento súbito e vertiginoso em suas exportações deste produto, e, esta mudança repentina resultou em mudanças em sua economia nacional. Este comércio resultou na elevação da entrada de divisas, levando a uma excessiva apreciação cambial, que levou por retrain o setor de bens comercializáveis, manufatureiro da Holanda, ocasionando elevação do desemprego e menores taxas de crescimento.

Ao longo da pesquisa, a autora mostra preocupação quanto à confirmação da hipótese da economia fluminense estar convivendo com os sintomas da doença holandesa, expressa pela primarização da pauta de exportações do Estado, tendo em vista que, segundo a autora, ao longo da primeira década do século XXI, a pauta de exportações fluminense conviveu com uma queda da participação das manufaturas de 71% para 21%. Deste ponto de vista, a doença holandesa talvez esteja se manifestando mais claramente para o Estado do Rio de Janeiro do que para a economia brasileira.

O sexto capítulo da parte I foi redigido pelo Professor Armando Castelar. O objeto de estudo é o setor financeiro na economia fluminense. Do ponto de vista da evolução histórica, Castelar identifica como característica do setor no Estado a perda de sua significância econômica a partir do início dos anos 60, tendência aprofundada, segundo o autor, nas duas décadas seguintes. Sem embargo, o trabalho tenta explicar esta perda de importância relativa elencando alguns elementos. Fundamentalmente, a piora no ambiente de negócios, fruto da violência, deterioração da infraestrutura, são importantes fontes explicativas para o declínio do setor. Em perspectiva, a recuperação do setor financeiro fluminense, em termos de sua importância no cenário nacional, vai depender da capacidade do Estado combinar um crescimento econômico robusto com o estabelecimento de um ambiente favorável para as atividades financeiras.

O sétimo capítulo da parte I foi elaborado pela pesquisadora Adriana Fontes e pela Professora Valeria Pero. A pesquisa está focada na questão da formalização das micro e pequenas empresas no Rio de Janeiro. As autoras apresentam uma tese interessante, segundo a qual um dos motivos para o descasamento entre a trajetória econômica do Estado do Rio de Janeiro e seus indicadores sociais seria o fato da economia fluminense associar seu crescimento econômico em um modelo concentrador, baseado em poucos setores e grandes empresas. Deste ponto de vista as autoras salientam que, apesar do Estado do Rio de Janeiro estar se destacando positivamente nos últimos tempos, em termos de formalização das atividades empreendedoras, muito ainda precisa ser feito. Falam elas da necessidade de uma “virada fluminense” no sentido de uma agenda comprometida com iniciativas de formalização e legalização ao lado de um conjunto de ações e serviços que aumentem a produtividade e competitividade das micro e pequenas empresas fluminenses.

O oitavo capítulo da parte I procura investigar o mercado de trabalho do Rio de Janeiro na última década. Produzido pelo Professor Fernando de Holanda Barbosa Filho, chega a uma conclusão importante: o investimento público em educação no Estado está surtindo efeito, com a constatação do aumento da escolaridade da população mais jovem no Estado. Identifica que a queda observada na taxa de desemprego do Estado, no período entre 2002 e 2009, de 3,3%, se deu tanto entre os homens como entre as

mulheres, processo parecido quando o corte é feito por raça/cor, na medida em que todos os segmentos deste corte foram beneficiados com a queda da taxa. Concluiu também que em termos setoriais, no período estudado, ocorreu uma redução no emprego em setores como agropecuária e serviços financeiros e uma ampliação de emprego em setores como comércio e indústria do petróleo.

O último capítulo da parte I, escrito pela subsecretária de Economia verde do Estado do Rio de Janeiro, Professora Suzana Kahn Ribeiro, pensa o Estado do Rio de Janeiro e a economia verde. Assunto bastante contemporâneo, as questões relativas à sustentabilidade vêm assumindo um grau de importância inquestionável quando se reflete sobre os rumos do desenvolvimento do Estado. Neste sentido, o artigo sugere que o Rio de Janeiro tenha uma política de favorecimento ao uso racional e na proteção dos recursos naturais. Por meio de políticas públicas, o Estado deve facilitar a adesão do setor produtivo a padrões sustentáveis sob as óticas econômica, ambiental e social.

II – Parte II: Instituições Políticas e Gestão Fiscal

O primeiro capítulo da parte II reflete sobre a influência dos *checks & balances* e da competição política nas políticas públicas do Estado do Rio de Janeiro. Escrito pelo Professor Carlos Pereira e pelo doutorando em Administração Mauricio Carlos Ribeiro, o artigo identifica que no Estado do Rio de Janeiro existe um importante grau de institucionalização dos mecanismos de *check & balances*. Na questão da competição política, o estudo chega à conclusão que, apesar de parecer alta, a disputa em torno do cargo de Governador de Estado acaba não sendo muito efetiva, o que garante ao governador maior estabilidade para a elaboração das políticas públicas. Deste ponto de vista, os autores entendem que a soma de três fatores a saber, existência de mecanismos de *checks & balances*, um ambiente salutar de competição política e a sinergia entre as três esferas da federação, potencializam a retomada do desenvolvimento do Estado.

O capítulo 2 da parte II estuda a questão dos royalties do petróleo e seus impactos no desenvolvimento dos municípios beneficiados. Escrito pela pesquisadora Joana Monteiro, identificou que nos últimos dez anos o Estado do Rio de Janeiro conviveu com um aumento significativo de recursos oriundos da economia do petróleo. Contudo, conclui que o uso destes recursos e seus efeitos sobre a atividade econômica dos municípios beneficiados não foi satisfatório. Reconhecendo algumas exceções como os municípios de Macaé e Rio das Ostras, identifica que de forma geral os demais municípios foram parcamente impactados. Levanta a hipótese de que a explicação para este reduzido efeito multiplicador pode estar no fato de que existe uma forte concentração de serviços e apoio em Macaé, limitando o efeito sinergia desta atividade.

O capítulo três da parte II estuda a utilização das receitas da indústria do petróleo pelo Estado do Rio de Janeiro. Escrito pelos pesquisadores Samuel Pessoa e Fernando de Holanda Barbosa Filho, apresentou uma preocupação com o uso da renda petrolífera, no sentido de que, ao reconhecer que a riqueza do petróleo representa uma riqueza não recorrente, a receita petrolífera deve ser em parte poupada. Se, tal qual ocorre no Estado do Rio de Janeiro, boa parte da receita tem sua origem na indústria do petróleo, o Estado deve gastar com despesas correntes somente a renda petrolífera permanente (RPP). Segundo os autores, O Rio de Janeiro tem utilizado recursos que ultrapassam a RPP. Neste sentido, recomendam uma correção de rumo e indicam a necessidade da criação de um fundo de poupança para o Estado que capitalize a parcela de renda que ultrapassa a RPP.

O quarto capítulo da parte II, escrito pelos economistas Monsueto Almeida e Alexandre Manoel, investiga a estrutura das finanças públicas do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa optou por um corte a partir da metade da década de noventa, quando as dívidas dos Estados foram renegociadas com o governo federal. O estudo constatou que, conforme os demais Estados da federação, o Rio de Janeiro passou por um forte aperto fiscal nos anos subsequentes à Lei nº 9.496/1997, passando o Rio de Janeiro, a partir de então, a contribuir com o superávit primário consolidado da União. Os autores alertam que, do ponto de vista de suas interpretações, a manutenção do esforço fiscal deve ser um objetivo dos gestores do Estado do Rio de Janeiro e que, a expectativa de aumento dos investimentos do setor público deve ter por alavanca a redução das despesas de custeio do setor público e não através de aumento da dívida.

III– Parte III: Aspectos Sociais

O primeiro capítulo da parte III investiga os retornos educacionais no Rio de Janeiro. Escrito pelo pesquisador Rodrigo Leandro de Moura, demonstra uma preocupação com o ensino médio no Estado, em função de três aspectos: estabilidade do retorno escolar a partir de 2005, o crescimento médio de matrículas abaixo da região Sudeste e a qualidade da rede pública do Estado se mantendo abaixo da média da região Sudeste. Outra preocupação do pesquisador é a necessidade de uma política pública na educação, no sentido da criação de vagas para o ensino profissionalizante. Tal preocupação é justificada, tendo em vista a expectativa de aumento de demanda por este tipo de ensino e o crescimento de setores de atividade como o petroquímico, que vão procurar um número crescente de profissionais formados em cursos técnicos de nível médio.

O segundo capítulo da parte III estuda a questão do acesso aos serviços e a informalidade nas favelas do Rio de Janeiro. Elaborado por Sergio Guimarães Ferreira e Maína Celidonio, teve por objetivo captar como as pesquisas disponíveis mostram dados acerca da informalidade e do acesso aos serviços públicos. Os autores identificaram que em termos de cobertura, não existem grandes diferenças entre favela e não favela. Contudo, em particular no acesso à energia elétrica, o modo informal caracteriza mais o domicílio em favela do que fora da favela. O estudo também identificou uma certa relação entre informalidade e ilegalidade que, segundo os autores, pode ser mitigada com o processo de pacificação em curso no Estado que, deste ponto de vista, recolocaria o poder de Estado como instrumento de recuperação da formalidade na prestação de serviços nas localidades investigadas.

O terceiro capítulo da parte III investiga a política de pacificação do Rio de Janeiro sob a ótica da liderança e inovação. Escrito pelo professor Leandro Piquet Carneiro, identifica que a bem sucedida experiência de pacificação nas favelas do Rio de Janeiro é fortemente explicada pela qualidade da liderança que empreendeu a ideia. Deste ponto de vista, um conjunto de acertos, à luz da qualidade da liderança, foi posta em prática, a saber: estabelecimento de uma aliança pela mudança na esfera mais restrita da cúpula da secretaria de segurança pública e no comando da Polícia Militar; a comunicação clara dos objetivos da política de pacificação e os desafios que seriam enfrentado, e, a capacidade de eliminar as resistências políticas e corporativas à mudança.

O último capítulo da parte III foi escrito pelo pesquisador Marcelo Neri e investigou a agenda do Rio de Janeiro e a questão do novo federalismo social. O autor entende que o foco do combate à pobreza deve ser aos mais pobres, através de maiores alocações de

recursos nas localidades de renda mais baixa. Identifica no Rio de Janeiro um certo pioneirismo no novo federalismo social que, segundo ele, já conta com mais de três quartos de seus municípios, possuindo recursos e obrigações aos programas em adição ao Bolsa família. Conclui que uma nova agenda de federalismo social deve explorar um processo de sinergia entre os atores envolvidos. Buscar por meio de metas e incentivos esta sinergia entre os atores, além de uma articulação entre as áreas envolvidas (educação, assistência, trabalho) e das esferas de governo (Estadual Municipal e Federal), é o caminho a ser perseguido para a obtenção de resultados melhores.

IV – Conclusão

Relatar “Rio de Janeiro: um Estado em transição” foi ao mesmo tempo uma tarefa árdua e prazerosa. Árdua pela sofisticação do conteúdo dos artigos que, exigiu deste autor, leituras adicionais para poder acompanhar a produção intelectual contida em cada um dos capítulos. De outro lado, o trabalho foi muito prazeroso, pois foi possível ter acesso a um vasto material de pesquisa sobre o Estado do Rio de Janeiro, suprindo em alguma medida uma certa carência de documentos com esse perfil, que analisam o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro vive um momento muito particular. Depois de um longo período em que dominou o ceticismo acerca do futuro do Estado, vivemos uma conjuntura dominada por um agradável otimismo que, em alguns momentos, namora com um ufanismo perigoso. A recuperação econômica, a harmonia entre poderes da federação e, não menos importante, o fato do Estado sediar grandes eventos internacionais, trouxeram ventos de bem aventurança que reestabeleceram a autoestima do carioca. O material ora em tela é uma grande contribuição para que esses ventos não sejam desperdiçados e por isso, sua leitura nos parece obrigatória. Então, sem demora, mãos à obra.